

Explorando conexões entre Educação Financeira e Mundo do Trabalho: uma abordagem sobre a tributação salarial

Resumo: Este artigo resulta de uma pesquisa de mestrado e analisa como a Educação Financeira pode auxiliar estudantes do Ensino Médio Integrado a compreender as implicações tributárias em sua vida financeira. Utilizando uma metodologia qualitativa de pesquisa de intervenção, a proposta sugere duas aulas com atividades baseadas em Cenários para Investigação. A proposta destaca a importância de compreender as nuances tributárias relacionadas ao emprego, indo além da visão mercadológica. Os resultados revelam que os estudantes questionaram a equidade nas alíquotas, mostrando a influência da Educação Financeira na reflexão sobre os desafios do Mundo do Trabalho e questões tributárias. O estudo destaca a importância de integrar Educação Financeira, tributação e Mundo do Trabalho a fim de educar os estudantes para tomar decisões informadas e contribuir para uma sociedade mais justa.

Palavras-chave: Educação Financeira. Mundo do Trabalho. Cenários de Investigação.

Exploring connections between Financial Education and the World of Work: an approach to wage taxation

Abstract: This paper is the result of a master's thesis and analyzes how Financial Education can help Integrated High School students understand the tax implications in their financial lives. Using a qualitative intervention research methodology, the proposal suggests two classes with activities based on Scenarios for Investigation. The proposal highlights the importance of understanding the tax nuances related to employment, going beyond the market perspective. The results reveal that students questioned the fairness of tax rates, showing the influence of Financial Education on reflection about the challenges of the World of Work and tax issues. The study highlights the importance of integrating Financial Education, taxation, and the World of Work in order to educate students to make informed decisions and contribute to a more just society.

Keywords: Financial Education. World of Work. Landscapes of Investigation.

Explorando conexiones entre Educación Financiera y Mundo del Trabajo: un enfoque sobre la tributación salarial

Resumen: Este artículo, basado en una maestría, analiza cómo la Educación Financiera puede ayudar a estudiantes de Bachillerato Integrado a comprender las implicaciones fiscales de su vida financiera. Utilizando una metodología de investigación de intervención cualitativa, la propuesta sugiere dos clases con actividades basadas en Escenarios de Investigación. La propuesta destaca la importancia de comprender los matices de las cuestiones fiscales relacionadas con el empleo, yendo más allá de una perspectiva de mercado. Los resultados revelan que los estudiantes cuestionaron la equidad de las tasas impositivas, lo que demuestra la influencia de la Educación Financiera en la reflexión sobre los desafíos del mundo laboral y las cuestiones fiscales. El estudio destaca la importancia de integrar la Educación Financiera, la tributación y el mundo laboral para educar a los estudiantes para que tomen decisiones informadas y contribuyan a una sociedad más justa.

Tatiana Delesposte


Secretaria de Estado de Educação do
Espírito Santo
Cachoeiro de Itapemirim, ES —
Brasil

 0000-0002-2229-4412

✉ tatianadelesposte@gmail.com

Lauro Chagas e Sá

Instituto Federal do Espírito Santo
Vitória, ES — Brasil

 0000-0003-1820-4856

✉ lauro.sa@ifes.edu.br

Recebido • 15/03/2025

Aceito • 04/08/2025

Publicado • 22/11/2025

Editora • Janine Freitas Mota 

ARTIGO

Palabras clave: Educación Financiera. Mundo del Trabajo. Escenarios de Investigación.

1 Introdução

No mundo em transformação, as escolas têm um papel essencial na formação de cidadãos. Retomando a clássica frase de Freire (1996, p. 47) de que “ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção”, reconhecemos que a ação educativa deve incentivar a compreensão estrutural da sociedade, desafiando os estudantes a refletir sobre as mudanças do contexto atual. Desse modo, é fundamental que o ensino estimule o pensamento crítico e a análise das realidades sociais.

A tributação sobre a remuneração do trabalho é um elemento central nas discussões sobre justiça fiscal e equilíbrio econômico, especialmente em um cenário de constantes reformas tributárias que buscam ajustar a carga de impostos e contribuições sociais no Brasil. Os tributos incidentes sobre a folha de pagamento e os salários dos trabalhadores e trabalhadoras impactam diretamente a renda disponível, influenciando o poder de compra, as condições de vida e o consumo da população. Nesse contexto, a Educação Financeira assume um papel relevante, pois impacta decisões cotidianas, como as relacionadas ao consumo, planejamento financeiro e investimentos. Além disso, ela contribui para discussões sobre aspectos sociais, ambientais e econômicos, ampliando a compreensão das dinâmicas financeiras na sociedade. Em síntese, conforme discutido em Mazzi e Baroni (2021), a Educação Financeira pode ser um meio para promover reflexões sobre problemas que ultrapassam a esfera individual, abrangendo questões coletivas e estruturais.

Para além da perspectiva macroeconômica, a compreensão da carga tributária sobre os salários permite uma análise mais crítica das desigualdades no sistema fiscal, uma vez que trabalhadores de diferentes faixas de renda são impactados de maneira desigual, com efeitos distintos para setores formais e informais do mercado. Assim, quando se trata da formação de futuros trabalhadores, a Educação Financeira precisa ir além do ensino de Matemática Financeira, tradicionalmente restrito à comparação entre compras à vista e a prazo. Conforme discutido em Sá (2021, p. 101), “as atividades de Educação Financeira precisam ir além da discussão acerca da comparação entre uma compra à vista ou a prazo, ou seja, precisam ter como objetivo formar cidadãos capazes de se posicionar criticamente”. Nessa perspectiva, a integração de abordagens baseadas em situações do cotidiano no ensino de Educação Financeira pode auxiliar estudantes a enfrentar os desafios presentes na sociedade brasileira. Esse enfoque, por sua vez, favorece a compreensão e torna essas questões mais acessíveis aos estudantes.

Considerando essas reflexões, reconhecemos que uma abordagem promissora é relacionar a Educação Financeira às implicações tributárias, promovendo uma visão mais abrangente sobre conceitos como alíquotas, porcentagens e cálculos salariais. No atual cenário de constantes mudanças no Mundo do Trabalho¹, esses conhecimentos financeiros são indispensáveis para análise das condições de trabalho e para a compreensão das lutas por direitos. Dessa maneira, a Educação Financeira pode contribuir para uma formação cidadã mais completa, preparando os estudantes para os desafios econômicos da sociedade contemporânea.

Buscando essa formação mais ampla, o estudo propõe uma abordagem pedagógica para analisar como a Educação Financeira pode auxiliar estudantes do Ensino Médio Integrado a compreender as implicações tributárias em sua vida financeira. Além disso, visa incentivar uma postura crítica diante dos desafios do Mundo do Trabalho, preparando-os para lidar com questões financeiras com mais autonomia. Ao integrar essa perspectiva ao ensino de

¹ Trabalho é toda atividade humana sobre a natureza externa, independentemente de remuneração. Emprego, por outro lado, refere-se a uma relação formal ou informal de trabalho com remuneração (Sá, 2021). Desse modo, o mercado de trabalho é o espaço em que se negociam empregos e contratações, e o mundo do trabalho é mais amplo, incluindo não só as formas de trabalho, bem como suas dimensões sociais, culturais e históricas.

Matemática na etapa do Ensino Médio, busca-se desenvolver um conhecimento que ultrapassa os cálculos, promovendo reflexões sobre o impacto da tributação no cotidiano.

Este artigo está estruturado em seções que articulam a fundamentação teórica, a metodologia adotada e a análise dos resultados. Após essa introdução que contextualizou a relevância da Educação Financeira vinculada à tributação e ao Mundo do Trabalho, tem-se a seção teórica na qual se discutem diferentes perspectivas da Educação Financeira, contrastando abordagens convencionais e críticas a partir de distintos interesses. Na sequência, a metodologia, de natureza qualitativa, detalha a pesquisa de intervenção realizada com estudantes do Ensino Médio, por meio de atividades baseadas em Cenários para Investigação. Posteriormente, a seção de resultados e discussões analisa as interações dos estudantes ao longo das atividades propostas, evidenciando como a abordagem adotada contribuiu para ampliar a compreensão sobre tributação e direitos trabalhistas. Por fim, as considerações finais sintetizam os principais achados do estudo, ressaltando a importância de integrar a Educação Financeira ao currículo escolar de forma contextualizada e interdisciplinar, além de sugerir caminhos para futuras pesquisas sobre o tema, especialmente no âmbito da formação de trabalhadores.

2 Educação Financeira em uma perspectiva crítica para o Mundo do Trabalho

Diante das transformações econômicas, muitos países incorporaram ao currículo escolar conceitos antes secundários, reforçando políticas que reconfiguram seus sistemas financeiros. Entre essas estratégias, destaca-se a ênfase atribuída pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) à Educação Financeira (Saraiva, 2017; Prais, Saraiva e Fonseca, 2023; Lima, Vilhena e Giordano, 2024).

A OCDE, organização internacional composta por 38 países, alega promover políticas para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar das nações, mas tem como foco central a análise e recomendação de políticas públicas voltadas ao aprimoramento das economias e da qualidade de vida de seus membros (Silva e Monteiro, 2023).

Para a Organização, a Educação Financeira é um

processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, fazendo escolhas informadas, sabendo onde buscar ajuda, e tomando outras medidas efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro (OCDE, 2005, p. 5).

A Educação Financeira dominante se fundamenta na responsabilização individual, apresentando o conhecimento financeiro como um meio de proteção contra os riscos do mercado. No entanto, essa perspectiva desconsidera as desigualdades estruturais e as relações de poder que influenciam o acesso aos recursos financeiros. Hartmann, Mariani e Maltempi (2021, p. 4) criticam essa abordagem, destacando que “o conceito de Educação Financeira adotado pela OCDE menciona a importância dessa temática para a melhoria do bem-estar financeiro pessoal, sem grandes preocupações com a população como um todo”. Além disso, ao enfatizar a necessidade de poupar para o consumo futuro, esse modelo transfere ao indivíduo a responsabilidade pelo próprio sucesso financeiro, eximindo o Estado de seu papel na garantia de condições mais equitativas. Esse enfoque pode afastar aqueles que não se identificam com essa lógica e ignora o impacto das relações de trabalho e das condições econômicas na vida financeira das pessoas (Mazzi e Baroni, 2021).

O Governo Brasileiro, influenciado pelo trabalho da OCDE, criou em 2010 a Estratégia

Nacional de Educação Financeira (ENEF), voltada à conscientização e orientação financeira da população. Essa iniciativa abrange uma série de ações multissetoriais em torno da promoção de ações de Educação Financeira, como a produção de materiais educativos, campanhas de conscientização, formação de educadores, entre outras atividades (Ferraz, 2021). Segundo o Decreto Federal n. 7.397/2010, a Educação Financeira se configura como uma política de Estado permanente, necessária para a formação de cidadãos que lidem de forma responsável com suas finanças (Brasil, 2010). Todavia, a ENEF adota uma perspectiva individualista, atribuindo aos indivíduos a responsabilidade de gerenciar seus recursos sem abordar criticamente o impacto das estruturas econômicas e sociais.

Embora a Educação Financeira tenha ganhado espaço nas pesquisas acadêmicas, seu enfoque ainda se concentra na gestão do dinheiro — poupança, crédito, investimentos — sem problematizar as relações de exploração e desigualdade (Pessoa, 2016; Figueiredo e Begosso, 2020). No ambiente escolar, essa temática é recente e geralmente abordada por meio da Matemática Financeira ou em perspectivas interdisciplinares (Azevedo, 2019). É relevante observar que, mesmo com a existência da ENEF desde 2010, somente com a recente aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é que a Educação Financeira passou a figurar como parte dos currículos da Educação Básica como tema transversal em todo território nacional (Lima e Mazzi, 2021).

A BNCC incluiu a Educação Financeira como tema transversal, vinculando-a à Matemática no Ensino Fundamental e ao eixo de Matemática e suas Tecnologias no Ensino Médio (Lima e Mazzi, 2021). Contudo, o documento não apresenta diretrizes claras sobre como integrar essa temática aos currículos, resultando na reprodução de conteúdos orientados ao mercado financeiro. A abordagem dominante foca na capacitação dos estudantes para lidar com taxas de juros, inflação e investimentos, alinhando-se à lógica da OCDE e negligenciando discussões sobre justiça fiscal, distribuição de renda e regulação do sistema financeiro. Essa perspectiva reforça a ideologia neoliberal, que transfere ao indivíduo a responsabilidade pelo próprio sucesso ou fracasso financeiro, sem questionar os mecanismos que perpetuam desigualdades.

Melo e Pessoa (2019) alertam para os riscos de uma Educação Financeira escolar restrita ao discurso do consumo consciente e da poupança individual, ignorando aspectos mais amplos da formação cidadã:

[...] estamos preocupados com o processo de ensino e aprendizagem que acontece quando abordamos a temática em sala de aula. Isso não quer dizer que estamos retirando a importância das perspectivas que os outros agentes empregam à Educação Financeira, apenas não coadunamos com a perspectiva de que seja abordada no ambiente escolar apenas no viés do poupar para conseguir alcançar objetivos futuros, pois esta pode até ser uma EF mais voltada para os adultos que já possuem uma visão mais estruturada de mundo, mas não para crianças e jovens estudantes (p. 491).

Uma abordagem crítica da Educação Financeira deve considerar não apenas os impactos dos juros e impostos na vida das pessoas, mas também as dinâmicas estruturais do mercado financeiro, a influência das decisões econômicas na sociedade e a necessidade de políticas redistributivas. Santos e Pessoa (2016) destacam que o debate sobre Educação Financeira no Brasil ainda é recente e, portanto, requer uma abordagem investigativa e crítica. Silva e Powell (2013) argumentam que, além do ensino técnico, é essencial promover reflexões sobre consumo, mídia, *marketing* e desigualdade social, ampliando a compreensão dos estudantes sobre sua inserção no sistema econômico.

Dessa forma, a Educação Financeira deve ir além do aprendizado instrumental de gestão financeira, assumindo um papel na formação de sujeitos críticos. Mazzi e Baroni (2021) defendem que essa educação pode se limitar a uma visão mercadológica, voltada à acumulação de capital, ou pode ser um espaço de reflexão sobre alternativas ao modelo capitalista vigente. Para esses autores, a Educação Financeira precisa abranger debates ambientais, sociais e políticos, promovendo uma compreensão mais ampla da economia e de suas contradições.

Enquanto a OCDE e a BNCC tratam a Educação Financeira como um meio de adaptação ao sistema, é necessário defendê-la como uma ferramenta para questionar a lógica financeira que rege a sociedade. Uma abordagem emancipatória pode contribuir para que os estudantes compreendam o papel do Estado na regulação econômica, a necessidade de políticas de redistribuição de renda e os impactos da financeirização da vida cotidiana. Assim, a Educação Financeira pode não apenas preparar indivíduos para lidar com o mercado, mas também capacitar sujeitos para transformá-lo.

No contexto da Educação Matemática para o Mundo do Trabalho, em Sá (2021) é sugerido que a Educação Financeira pode contribuir para a formação crítica dos trabalhadores, ampliando seu entendimento sobre as dinâmicas econômicas. Isso envolve não apenas o planejamento financeiro pessoal, mas também a compreensão das causas das desigualdades sociais. Mazzi e Domingues (2021, p. 14) dialogam nessa perspectiva ao defender “uma Educação Financeira inclusiva, que pense em todos e em cada um; que reflita sobre as diferenças e que convide os estudantes a pensar sobre elas, de modo a imaginar possíveis modos de superar as desigualdades existentes”.

Essa perspectiva crítica requer novas abordagens pedagógicas que transcendam o ensino de finanças pessoais e promovam discussões sobre o Mundo do Trabalho e suas implicações sociais. Baroni e Maltempi (2021, p. 27) argumentam que “existem outras variantes, tão importantes quanto o planejamento, para se analisar uma situação financeira desfavorável, como os altos índices de desemprego e subemprego no país e a insuficiência da renda para uma vida digna”. Dessa forma, é necessário ampliar o escopo da Educação Financeira para incluir fatores como política econômica, relações trabalhistas e justiça social.

Com base nessas considerações, elaboramos um Cenário de Investigação (Skovsmose, 2000), que teve como objetivo criar um ambiente de investigação com a temática Educação Financeira e Mundo do Trabalho (Marçal e Milani, 2024). Esses ambientes colaboram nos processos de ensino e de aprendizagem, como indicado por Mazzi e Baroni (2021),

tendo em vista a amplitude das temáticas que permeiam a Educação Financeira, criar um ambiente no qual a investigação se faça presente pode ser um forte aliado para que reflexões sejam incentivadas e para que os estudantes participem, de modo ativo, de todo o processo de ensino e de aprendizagem (p. 44).

No ambiente escolar, uma abordagem crítica pode integrar conceitos financeiros a situações reais do Mundo do Trabalho, favorecendo a análise de contextos e a tomada de decisão consciente. Para Hartmann, Mariani e Maltempi (2021), atividades didáticas sobre Educação Financeira devem incentivar o pensamento crítico e o debate, permitindo que estudantes compreendam a influência das estruturas econômicas em sua realidade. Dessa forma, defendemos que a Educação Financeira não deve ser apenas um instrumento de adaptação ao mercado, mas uma ferramenta de empoderamento, capaz de incentivar os trabalhadores a questionar as estruturas econômicas e sociais que influenciam a vida financeira dos indivíduos.

3 Metodologia

Este artigo é resultado de uma pesquisa de mestrado profissional que investigou como atividades de Educação Financeira podem contribuir para que estudantes do Ensino Médio produzam conhecimentos matemáticos e desenvolvam uma visão crítica sobre os desafios do Mundo do Trabalho contemporâneo (Delesposte, 2023). Optamos pela realização da pesquisa de intervenção, de natureza qualitativa, conforme a proposta de Damiani (2012). Essa metodologia possibilita investigar e interpretar a realidade dos envolvidos no processo, contribuindo para a produção de conhecimento pedagógico ao aproximar a prática educacional da produção acadêmica.

Por se tratar de um mestrado profissional, a realização da pesquisa também compreendeu a criação e validação de um Produto Educacional. Assim, a partir das reflexões emergentes do referencial teórico, elaboramos Cenários de Investigação (Skovsmose, 2000) sobre Educação Financeira e Mundo do Trabalho. Essa abordagem buscou estimular reflexões críticas sobre questões como salários, direitos trabalhistas e impostos. Como exemplificado por Mazzi e Baroni (2021, p. 41), “no universo do dinheiro, discussões como a relação entre dinheiro e trabalho, economia local e capital ambiental, o impacto da inflação na vida dos indivíduos, podem ser incluídas, por exemplo”.

O material intitulado *Educação Financeira em uma perspectiva crítica para o Mundo do Trabalho* (Delesposte e Sá, 2023) está organizado em cinco encontros com atividades que envolvem a análise de remuneração, incidência de tributos e direitos trabalhistas. Por meio dos cenários de investigação de Maria e João, estudantes analisam diferentes modalidades de emprego, comparando vínculos formais e informais, além de refletir sobre os impactos financeiros das relações de trabalho. Complementando essas reflexões, o material inclui um jogo da memória sobre direitos trabalhistas, no qual os estudantes associam conceitos como férias remuneradas, décimo terceiro salário e jornada de trabalho, promovendo uma compreensão lúdica desses temas.

Um dos casos trabalhados no Produto Educacional foi o *Cenário de Maria* (Figura 1), que envolveu uma personagem fictícia, técnica em informática, que, após receber um aumento salarial, precisou identificar os descontos aplicáveis, considerando tributos e outras deduções, para calcular sua nova remuneração líquida. Essa parte do material didático era composta por três páginas de atividades, distribuídas aos estudantes à medida que concluíam os cálculos e discussões de cada etapa.

CENÁRIO 1 – O CASO DE MARIA

Em janeiro de 2022, conhecemos a Maria, uma mulher de 28 anos que reside no bairro BNH, em Cachoeiro de Itapemirim-ES. Maria é de uma família simples, seu pai trabalha como embalador de caixa em um supermercado e sua mãe como faxineira, os dois possuem alguns problemas de saúde, sua irmã é mais nova e está concluindo seus estudos. Maria sempre estudou em escola pública, sendo uma aluna esforçada e dedicada, infelizmente por precisar ajudar com as despesas da família, não teve a oportunidade de fazer uma faculdade, que era seu desejo.

Atualmente, Maria trabalha como técnica em informática na loja MSI Informática e, para chegar ao seu local de trabalho, ela precisa acordar bem cedo e pegar dois ônibus. Por ser uma funcionária dedicada, seu empregador resolveu lhe dar um aumento de R\$ 217,50 a mais no seu salário bruto, que corresponde a 12,5% do salário atual, ela muito feliz chegou em casa e contou a novidade a sua família. Sua irmã, Carolina, que não fazia ideia do valor que Maria recebia na empresa, ficou curiosa em descobrir quanto Maria passaria a receber de salário e ao fazer os cálculos matemáticos precisou de ajuda. Vamos ajudá-la? Para você qual seria o valor do salário de Maria já com aumento?

Carolina, ao descobrir o novo salário de sua irmã, chegou à mesa, onde todos jantavam, e indagou Maria: “Nossa, Maria, você irá receber esse valor mesmo?”. Maria, rapidamente, explicou para sua irmã que existem alguns descontos no salário de um funcionário com carteira assinada. Você sabia desses descontos? Quais seriam eles?

Maria explicou para sua irmã que o INSS é um órgão público responsável pelo pagamento da aposentadoria e de outros benefícios aos trabalhadores brasileiros e demais segurados, como microempreendedores individuais e contribuintes individuais. Seu papel é executar os benefícios previdenciários previstos no Regime Geral de Previdência Social, incluindo controlar e realizar o pagamento de aposentadorias e de outros benefícios, como auxílio-doença e pensão por morte. Quem trabalha com carteira assinada é, automaticamente, filiado à previdência e parte de seu salário vai direto para o INSS. A alíquota fica estabelecida por meio da chamada tabela progressiva do INSS, atualizada todos os anos pelo governo federal, com base em alguns reajustes e também com base no salário-mínimo.

Salário de Maria/Reajuste	Alíquota e progressão de recolhimento do INSS
Até R\$ 1.320,00	7,5%
(de R\$ 1.320,01 até R\$ 2.571,20)	9%
(de R\$ 2.571,30 até R\$ 3.856,94)	12%
(de R\$ 3.856,95 até R\$ 7.507,49)	14%

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência

As alíquotas permanecem em 20% e 11% para contribuinte individual, e em 20%, 11% e 5% para os contribuintes facultativos, de acordo com a forma de contribuição à Previdência Social. No caso do segurado empregado, o recolhimento é feito diretamente pela empresa.

Com base na tabela apresentada, qual o valor do desconto mensal do INSS no salário de Maria?

Figura 1: Trechos do caso de Maria (Delesposte e Sá, 2023, p. 66-67)

Em sala de aula, a abordagem pedagógica foi conduzida com 24 estudantes da segunda série do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Manutenção, Suporte e Informática, em uma escola pública estadual do sul do Espírito Santo. O cenário selecionado para este artigo foi trabalhado ao longo de duas aulas de 50 minutos cada uma. Para promover interações, os estudantes foram organizados em cinco grupos, com até seis integrantes, visando estimular discussões e facilitar a exposição dos conhecimentos na resolução das atividades propostas. Eles tiveram autonomia para se organizar com base em suas afinidades.

De acordo com Damiani (2012), a pesquisa-intervenção transcende a simples observação e coleta de dados, buscando atuar de forma ativa no contexto estudado, com o propósito de promover mudanças positivas e significativas na realidade dos sujeitos envolvidos, considerando suas necessidades e desafios. Além disso, essa metodologia procura compreender e analisar os processos subjacentes à transformação, fornecendo informações relevantes e contribuindo para o conhecimento científico. Portanto, no estudo, procedemos à coleta de dados referentes à produção escrita e oral dos estudantes, abrangendo o pensamento crítico e os aspectos matemáticos presentes em suas atividades. Durante a abordagem pedagógica, os dados foram registrados por meio de instrumentos como observação participante com gravações em áudio, diário de bordo e análise das resoluções das atividades.

Na etapa da análise, foram examinados os diálogos e produções dos participantes registrados nos instrumentos mencionados, com foco no processo e não apenas nos resultados. Selecionamos trechos das interações ocorridas durante a abordagem, transcritos em episódios com base na literatura, priorizando aqueles que evidenciaram o impacto da intervenção na compreensão dos estudantes sobre as implicações da Educação Financeira e da tributação.

4 Resultados e Discussões

Na primeira parte da tarefa, os estudantes tiveram como objetivo determinar o novo salário de Maria e investigar os descontos que poderiam incidir sobre sua remuneração. Durante essa fase inicial, os estudantes calcularam o salário da personagem sem grandes dificuldades. Entretanto, ao abordarem os descontos aplicáveis ao salário de um trabalhador, surgiram dúvidas e questionamentos que despertaram a curiosidade e estimularam discussões. Observamos que muitos estudantes não estavam familiarizados com alguns dos descontos presentes na folha de pagamento de um trabalhador formal, tampouco compreendiam como esses valores eram calculados. Durante as discussões, notamos que a contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foi o desconto mais citado por eles. Essa constatação revelou a necessidade de ampliar o conhecimento sobre os descontos e sua aplicação. Essa lacuna foi abordada e esclarecida ao longo das interações entre os estudantes e a professora pesquisadora.

Ao estimular os estudantes a explorar os descontos para além da contribuição previdenciária, foi possível promover uma reflexão sobre a diversidade de deduções e contribuições que incidem sobre os salários dos trabalhadores. Os estudantes identificaram diferentes elementos passíveis de desconto, incluindo contribuições sindicais, vale-transporte, planos de saúde, seguros de vida, assistência odontológica e Imposto de Renda. Essa discussão evidenciou a percepção dos estudantes sobre a relação entre esses descontos e a renda pessoal.

As reflexões destacaram que o ingresso no mundo do trabalho não se limita à introdução às tarefas profissionais, mas envolve a exposição às responsabilidades financeiras dessa fase da vida. É importante que os estudantes compreendam as nuances do ambiente de trabalho, desde a busca por empregos até as obrigações financeiras envolvidas. Nesse contexto, os professores, “assumindo um compromisso político-pedagógico de formação de trabalhadores” (Sá, 2021, p. 99), precisam ir além do ensino tradicional e incorporar criticamente em suas aulas temas como INSS e IR. Dessa forma, podem promover uma reflexão sobre a aplicação dos conceitos

matemáticos na realidade, preparando os estudantes para os desafios financeiros e sociais do mundo do trabalho.

Antecipando que a maioria dos estudantes mencionaria a contribuição ao INSS, preparamos, na segunda parte da tarefa, situações relacionadas a esse desconto. Nessa etapa, Maria apresentou uma explicação detalhada sobre a contribuição previdenciária e compartilhou uma tabela que permitia aos estudantes calcular o valor mensal a ser pago como contribuinte. Durante essa tarefa, também discutimos as alíquotas aplicadas a contribuintes individuais e facultativos.

Ao longo dessa discussão, os estudantes tiveram a oportunidade de compreender o funcionamento dessas contribuições e calcular o montante que Maria deveria pagar mensalmente, considerando as alíquotas pertinentes. Buscamos, nesse momento, evidenciar a função e a relevância da contribuição ao INSS. Inicialmente, observamos que os estudantes demonstravam pouco conhecimento sobre o propósito do INSS. No entanto, ao longo das discussões, eles conseguiram identificar suas diversas finalidades, como aposentadoria e suporte em situações de acidentes ou problemas de saúde. A perspectiva dos estudantes sobre a necessidade da contribuição ao INSS mostrou-se diversa: alguns ressaltaram a importância do suporte financeiro em momentos de emergência, enquanto outros enfatizaram a relevância da aposentadoria e a acumulação de tempo de contribuição como fatores essenciais.

O INSS desempenha um papel fundamental na proteção social dos trabalhadores, oferecendo benefícios como aposentadoria e auxílios em casos de doença e maternidade. Ao discutir o INSS com os estudantes, destacou-se a importância de contribuir para a previdência social não apenas como um investimento no futuro pessoal, mas também como uma forma de fortalecer a rede de proteção social que sustenta a coletividade. Dessa maneira, ao conscientizá-los sobre esses benefícios, enfatiza-se a importância de contribuir para a previdência social visando assegurar direitos futuros. Além disso, essa discussão permite que compreendam que determinados trabalhos podem não garantir esses direitos, o que pode ser prejudicial para sua qualidade de vida.

No âmbito da Educação Financeira, essas discussões podem instigar nos estudantes, conforme destacado em Sá (2021, p. 95), um sentido de resistência que “contribui para que os trabalhadores reajam às ações de precarização que já foram materializadas em documentos e institucionalizadas em diferentes ambientes de trabalho”. Ao compreenderem os aspectos financeiros relacionados à previdência social, os estudantes podem desenvolver um olhar crítico sobre práticas que levam à precarização do trabalho. Essa formação incentiva uma postura mais proativa e consciente em relação às condições laborais e à defesa de seus direitos.

No que diz respeito à compreensão das alíquotas do INSS, mesmo que alguns estudantes tenham tentado fazer estimativas, a maioria desconhecia que elas se ajustam de acordo com a faixa salarial. Ao examinarem os percentuais aplicados aos contribuintes individuais, demonstraram surpresa com as informações. Durante essa discussão, uma análise das interações revelou uma diversidade de pontos de vista. Alguns estudantes concordaram com a progressividade das alíquotas, argumentando que é justo que a taxa aumente conforme o salário cresce, enquanto outros expressaram preocupações sobre a equidade do sistema, especialmente no caso de salários mais altos.

Quando o foco se voltou para os trabalhadores informais, surgiram apreensões acerca das alíquotas mais elevadas, particularmente para aqueles cuja renda ultrapassa o salário-mínimo. Os estudantes consideraram essa tributação potencialmente onerosa para esses trabalhadores. Ao compararem as contribuições entre trabalhadores com carteira assinada e informais, perceberam que os descontos para os informais parecem excessivamente elevados em relação aos trabalhadores com vínculo empregatício. Essa observação levantou

preocupações sobre a disparidade de recursos disponíveis para esses grupos e provocou questionamentos acerca da justiça e equidade do sistema tributário.

As reflexões desenvolvidas nos parágrafos anteriores podem promover um aprendizado voltado para a cidadania, em que a busca pelo conhecimento exige dos estudantes “competências que são importantes para uma pessoa participar da vida democrática e para desenvolver a cidadania crítica” (Alrø e Skovsmose, 2006, p. 140). O processo de produzir conhecimento sobre os descontos salariais não se limita a uma perspectiva financeira, desempenhando também um papel importante no desenvolvimento de habilidades essenciais para a participação ativa na vida democrática e na construção de uma cidadania crítica. Da mesma forma, a discussão sobre a disparidade nas alíquotas não apenas abre caminho para a compreensão das questões tributárias, mas também estimula o pensamento crítico sobre justiça social e econômica, incentivando um engajamento mais ativo dos estudantes na esfera cidadã. Assim, esse enfoque visa proporcionar aos estudantes não apenas o entendimento dos aspectos práticos dos descontos, mas também a reflexão sobre suas implicações sociais e políticas, fortalecendo sua participação informada na sociedade.

Na terceira e última parte da tarefa, os estudantes prosseguiram com suas discussões, abordando o tema do Imposto de Renda (IR). No caso fictício de Maria, ela não pagava esse imposto antes do aumento salarial e, por isso, não possuía conhecimento sobre esse tributo — o mesmo ocorria com a maioria dos estudantes que participaram da atividade. Ao determinar o valor do desconto, alguns desafios surgiram em relação aos cálculos necessários. Diante da falta de familiaridade da maioria com a tabela do IR, a mediação da professora pesquisadora tornou-se essencial, proporcionando discussões sobre como o desconto é calculado com base nas diferentes faixas de renda.

A complexidade encontrada pelos estudantes no cálculo do IR evidenciou a carência de conhecimento sobre o funcionamento do sistema tributário e as faixas de renda sujeitas à tributação. A intervenção da professora pesquisadora foi determinante, fornecendo orientações sobre o cálculo do desconto e as diferentes escalas de renda. Essa mediação permitiu que os estudantes compreendessem como as alíquotas progressivas do IR são aplicadas conforme a renda do contribuinte, além de destacar a importância de integrar a Educação Financeira a uma abordagem crítica da Educação Matemática, como propõem Mazzi e Baroni (2021). Segundo os autores, essa integração ultrapassa a mera resolução de exercícios, promovendo a problematização de situações preestabelecidas e o questionamento do que é considerado natural no contexto financeiro (Mazzi e Baroni, 2021).

Nas discussões sobre o IR, reconhecemos que se trata de um tributo sobre os rendimentos das pessoas, constituindo uma fonte de receita para o governo. Ao entenderem a natureza desse imposto, os estudantes podem desenvolver uma consciência crítica e começar a questionar a destinação apropriada e transparente dos recursos arrecadados. Essa abordagem fortalece os conhecimentos necessários para que os estudantes lidem com suas obrigações fiscais, mas também incentiva a participação informada na governança e nas políticas públicas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e fiscalmente responsável. Nesse contexto, a integração dessas temáticas no ensino de Matemática, abrangendo a Educação Financeira, enriquece a compreensão técnica e estimula a consciência crítica, proporcionando aos estudantes instrumentos para se envolverem em questões sociais. Conforme ressalta Skovsmose (2008, p. 23-24), “quando a Educação Matemática se abre para questões como justiça social, é possível acreditar em um cenário em que estudantes melhoram a autoestima, a ponto, inclusive, de poderem questionar a autoridade”.

Quando se abordou a justiça das alíquotas, registramos um debate significativo. Enquanto alguns estudantes consideraram justo pagar mais impostos à medida que o salário aumenta, outros expressaram descontentamento com essa ideia, especialmente em relação à

última faixa salarial. A falta de retorno imediato e a percepção de que os valores descontados são elevados foram mencionadas como pontos de preocupação.

Ao explorar as razões subjacentes às mudanças nas alíquotas do IR após um aumento salarial, os estudantes foram incentivados a questionar, debater e buscar soluções para as desigualdades que permeiam as políticas tributárias. Essas discussões estão em consonância com a visão de Frankenstein (2012, p. 51), que afirma que “o propósito mais abrangente de toda educação é contribuir para a luta por um mundo mais justo”. Nesse sentido, a interseção entre a discussão das alíquotas do IR e a integração da Educação Financeira mostra-se particularmente relevante. Os debates sobre tributação estimulam a reflexão crítica sobre questões sociais e se entrelaçam com a Educação Financeira, ajudando os estudantes a compreender o impacto dessas políticas em suas vidas. Ao entenderem os princípios tributários, os estudantes podem participar dos debates sociais, como também tomar decisões financeiras mais conscientes e informadas, ampliando sua autonomia e engajamento na busca por uma sociedade mais justa e equitativa.

A partir das diferentes partes da tarefa, a abordagem crítica da Educação Financeira pôde fomentar o pensamento crítico, incentivando estudantes a questionar as bases teóricas e princípios subjacentes às políticas fiscais. Ao discutir igualdade e equidade tributária, essa abordagem incentiva a reflexão sobre os impactos sociais e econômicos das políticas fiscais desiguais e promove um engajamento ativo na defesa de reformas mais justas. Assim, busca-se contribuir para a redução de disparidades entre trabalhadores formais e informais, garantindo contribuições proporcionais ao bem comum. A relação entre Educação Financeira e equidade social responde a questões de justiça fiscal, preparando estudantes para uma participação mais consciente e para uma postura crítica frente às estruturas existentes, alinhando-se às ideias de Mazzi e Baroni (2021).

No debate sobre desigualdades tributárias, a Educação Financeira tem papel essencial ao formar estudantes capazes de compreender e analisar o sistema tributário. Isso os prepara para decisões financeiras informadas, também para se envolver criticamente em discussões fiscais e defender mudanças em prol da equidade. Dessa forma, possibilita questionar o sistema, entender a própria contribuição na sociedade, cobrar representantes, conhecer direitos e deveres e, conseqüentemente, ampliar a justiça tributária, como apontam Mazzi e Domingues (2021).

Ao ensinar conteúdos como alíquotas, porcentagens e cálculos salariais, a Educação Financeira permite que estudantes avaliem os impactos dos descontos sobre seus rendimentos, auxiliando no planejamento orçamentário e na compreensão das diferentes modalidades. Todavia, embora fundamental, essa compreensão não é suficiente para enfrentar todos os desafios financeiros, já que fatores como inflação, juros, emprego e acesso a recursos influenciam a administração das finanças de cada pessoa.

Nesse cenário, a compreensão da Educação Financeira vai além da matemática financeira. Estudantes podem dominar cálculos numéricos, mas muitas vezes carecem de entendimento sobre as implicações tributárias e sociais dessas operações. Embora essencial, a matemática financeira não pode ser isolada da tomada de decisões, que envolve também a análise de contextos e impactos das escolhas financeiras.

Essa perspectiva corrobora a ênfase de Baroni e Maltempo (2021, p. 28):

Promover a Educação Financeira não envolve apenas a tarefa reduzida de mostrar como as coisas funcionam tecnicamente no mercado financeiro, como os cálculos matemáticos são realizados e, tampouco, como se planejar para ter sucesso nesse mundo, assumindo que o sucesso está atrelado a ganhar dinheiro e acumular capital.

As situações destacadas no cenário de Maria ressaltam a necessidade de uma abordagem integrada da Educação Financeira, que ultrapasse os cálculos matemáticos e incorpore conceitos de legislação tributária, políticas fiscais, sistemas de contribuição e distribuição de recursos. Mesmo que estudantes possam ter conhecimentos matemáticos para realizar cálculos, pode haver uma lacuna na compreensão de como esses cálculos se relacionam com sua realidade financeira e com o funcionamento do sistema tributário.

Nesse contexto, a Educação Financeira desempenha um papel importante ao auxiliar os estudantes a compreender o funcionamento dos sistemas tributários e seus impactos nas finanças pessoais e no bem-estar coletivo. Ao refletirem sobre a lógica das alíquotas e analisarem contribuições previdenciárias e impostos, os estudantes tornam-se mais preparados para tomar decisões financeiras informadas e para participar de debates públicos sobre políticas tributárias. Essa compreensão os fortalece como cidadãos ativos e responsáveis, além de estimular o pensamento crítico acerca de como suas ações financeiras individuais repercutem na sociedade. Essa abordagem se alinha à visão de Freire (1996), que defende a formação de cidadãos conscientes, responsáveis e participativos, capazes de promover transformações sociais e contribuir para uma sociedade mais justa e equitativa.

Portanto, a compreensão das implicações tributárias é um elemento essencial da Educação Financeira, permitindo que estudantes transcendam o aprendizado meramente numérico e desenvolvam uma visão mais crítica e abrangente das decisões financeiras. Esse enfoque, além de auxiliá-los na administração mais eficiente de suas finanças pessoais, prepara-os para participar ativamente de debates sociais sobre políticas tributárias e econômicas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa.

5 Considerações Finais

As discussões fomentadas pelo estudo evidenciaram a importância de uma abordagem crítica da Educação Financeira no contexto escolar. A análise das interações dos estudantes ao longo das atividades propostas demonstrou que, ao relacionar a Educação Financeira à tributação e ao Mundo do Trabalho, foi possível ampliar a compreensão dos estudantes sobre os impactos econômicos e sociais das decisões financeiras. O estudo revelou que muitos estudantes desconheciam os critérios de descontos salariais e as implicações do Imposto de Renda e da contribuição previdenciária, o que reforça a necessidade de inserir esses temas no ensino de Matemática de forma integrada e significativa.

Além disso, observou-se que os estudantes não apenas desenvolveram conhecimentos matemáticos aplicados ao contexto financeiro, mas também passaram a refletir sobre justiça tributária e distribuição de renda. Esse processo contribuiu para o fortalecimento de uma postura mais crítica e consciente em relação ao sistema econômico, capacitando-os a tomar decisões mais informadas no futuro. A problematização das alíquotas e das diferentes formas de tributação estimulou o debate sobre equidade e acesso a direitos trabalhistas, um aspecto central para a formação cidadã.

Outro ponto relevante foi a articulação entre a Educação Financeira e o Mundo do Trabalho, tema central do estudo. O ingresso dos estudantes no mercado laboral não deve ser reduzido a uma mera adaptação às exigências do sistema econômico vigente, mas compreendido como um espaço de disputa e de transformação social. A abordagem adotada nesta pesquisa demonstrou que, ao compreenderem melhor os aspectos financeiros do trabalho formal e informal, os estudantes passaram a questionar as desigualdades estruturais que permeiam as relações trabalhistas e os desafios impostos pelas novas dinâmicas do trabalho contemporâneo, como precarização, informalidade e mudanças nas políticas previdenciárias.

Ademais, a reflexão sobre as alíquotas progressivas e os descontos salariais permitiu

que os estudantes problematizassem a lógica tributária vigente, muitas vezes percebida como distante de sua realidade. Ao integrar a Matemática a uma análise mais ampla da economia e da política fiscal, o estudo demonstrou que a Educação Financeira pode desempenhar um papel fundamental na formação de cidadãos mais preparados para reivindicar direitos e compreender os impactos das políticas públicas em suas vidas.

Apesar dos resultados apresentados, algumas limitações desta pesquisa precisam ser reconhecidas. O estudo foi realizado com um grupo específico de estudantes do Ensino Médio Técnico, o que pode limitar a generalização dos resultados para outras realidades educacionais. Além disso, a abordagem pedagógica adotada, baseada em Cenários para Investigação, mostrou-se promissora, mas exigiu flexibilidade na organização didática, representando um desafio para escolas com currículos rígidos ou cargas horárias reduzidas. A continuidade dessas discussões ao longo do ano letivo, com abordagens interdisciplinares e maior aprofundamento conceitual, poderia fortalecer ainda mais os resultados observados.

Diante das evidências discutidas, o estudo reafirma a importância de uma Educação Financeira comprometida com a compreensão crítica das estruturas econômicas, superando perspectivas individualistas e mercadológicas. Ao articular conhecimentos matemáticos com temas como tributação, direitos trabalhistas e justiça fiscal, a pesquisa revela o potencial transformador da Educação Matemática quando situada no contexto do Mundo do Trabalho. A inclusão de práticas pedagógicas que promovem o pensamento crítico e a contextualização dos conteúdos financeiros não apenas amplia o domínio conceitual dos estudantes, mas também os mobiliza a refletir sobre desigualdades sociais e a participar de debates públicos informados. Assim, a proposta contribui para a formação de sujeitos conscientes, capazes de compreender, questionar e transformar as realidades econômicas que atravessam suas vidas.

Por fim, o estudo abre caminhos para novas investigações sobre a integração da Educação Financeira ao currículo escolar. Futuras pesquisas podem explorar diferentes abordagens metodológicas, ampliando a análise para outros segmentos educacionais e aprofundando a relação entre Educação Financeira e cidadania. Além disso, seria pertinente investigar os impactos de uma abordagem longitudinal, acompanhando os estudantes ao longo de sua formação e verificando como o desenvolvimento de competências financeiras e matemáticas influencia suas decisões na vida adulta. Dessa forma, espera-se que as reflexões aqui apresentadas incentivem o desenvolvimento de práticas educacionais que promovam uma aprendizagem significativa e contribuam para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos estudantes pela participação na pesquisa, ao Programa Educimat pela oportunidade de formação e à Secretaria de Estado de Educação do Espírito Santo pelo incentivo à qualificação por meio do Programa Pró-Docência.

Conflitos de Interesse

A autoria declara não haver conflitos de interesse que possam influenciar os resultados da pesquisa apresentada no artigo.

Declaração de Disponibilidade dos Dados

Os dados produzidos e analisados no artigo serão disponibilizados mediante solicitação à autoria.

Nota

A revisão textual (correções gramatical, sintática e ortográfica) deste artigo foi custeada com verba Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo auxílio concedido no contexto da Chamada 30/2023.

Referências

ALRØ, Helle; SKOVSMOSE, Ole. *Diálogo e aprendizagem em Educação Matemática*. Tradução de Orlando de Andrade Figueiredo. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

AZEVEDO, Suedy Santos. *Educação Financeira nos livros didáticos de Matemática dos Anos Finais do Ensino Fundamental*. 2019. 131f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática e Tecnológica). Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

BARONI, Ana Karina Cancian; MALTEMPI, Marcus Vinícius. A Educação Financeira e a formação do professor de Matemática: uma compreensão e algumas possibilidades. In: BARONI, Ana Karina Cancian; HARTMANN, Andrei Luís Berres; CARVALHO, Cláudia Cristina Soares. (Org.). *Uma abordagem crítica da Educação Financeira na formação do professor de Matemática*. Curitiba: Appris, 2021, p. 23-35.

BRASIL. Casa Civil. *Decreto n. 7.397, de 22 de dezembro de 2010*. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira — ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 23 dez. 2010.

DAMIANI, Magda Floriana. Sobre pesquisas do tipo intervenção. In: *Anais do XVI Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino*. Campinas, 2012, p. 2882-2890.

DELESPOSTE, Tatiana. *Educação Financeira em uma perspectiva crítica para o Mundo do Trabalho: uma proposta didática com estudantes do Ensino Médio Integrado*. 2023. 168f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática). Instituto Federal do Espírito Santo. Vila Velha.

DELESPOSTE, Tatiana; SÁ, Lauro Chagas. *Educação Financeira em uma perspectiva crítica para o Mundo do Trabalho*. 2023. 80f. Produto Educacional (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática). Instituto Federal do Espírito Santo. Vila Velha.

FERRAZ, Jessika Cristina. A Educação Financeira e sua importância na gestão financeira pessoal. *Revista Ciência da Sabedoria*, v. 2, n. 2, 2021.

FIGUEIREDO, Gabriele Barrilli; BEGOSSO, Luiz Carlos. Educação financeira: um jeito mais prático de aprender. *Revista Intelecto*, v. 3, 1-10, set. 2020.

FRANKENSTEIN, Marilyn. Beyond math content and process: proposals for underlying aspects of social justice education. In: STINSON, David; WAGER, Anita. (Ed.). *Teaching Mathematics for social justice: conversations with educators*. Virginia: NCTM, 2012. p 49-62.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HARTMANN, Andrei Luís Berres.; MARIANI, Rita de Cássia Pistóia; MALTEMPI, Marcus Vinícius. Educação Financeira no Ensino Médio: uma análise de atividades didáticas relacionadas a séries periódicas uniformes sob o ponto de vista da Educação Matemática

Crítica. *Bolema*, v. 35, n. 70, p. 567-587, ago. 2021. <https://doi.org/10.1590/1980-4415v35n70a02>

LIMA, Adriana de Souza; MAZZI, Lucas Carato. *Salário-mínimo, orçamento pessoal, sobrevivência e dignidade*. In: BARONI, Ana Karina Cancian; HARTMANN, Andrei Luís Berres; CARVALHO, Cláudia Cristina Soares. (Org.). *Uma abordagem crítica da Educação Financeira na formação do professor de Matemática*. Curitiba: Appris, 2021, p. 97-115.

LIMA, Reinaldo Feio; VILHENA, Vera Débora Maciel; GIORDANO, Cassio Cristiano. Research which investigated Financial Education in the latest editions of ENEM, CIBEM and SIPEM (2021/2022). *Educação Matemática Debate*, v. 8, n. 15, p. 1-10, ago. 2024. <https://doi.org/10.46551/emd.v8n15a08>

MARÇAL, Paulo Henrique; MILANI, Raquel. Contributions of the Landscapes of Investigation to critical learning in the context of Field Education. *Educação Matemática Debate*, v. 8, n. 15, p. 1-16, 2024. <https://doi.org/10.46551/emd.v8n15a14>

MAZZI, Lucas Carato; BARONI, Ana Karina Cancian. Diálogos possíveis entre Educação Financeira e a Educação Matemática Crítica. In: BARONI, Ana Karina Cancian; HARTMANN, Andrei Luís Berres; CARVALHO, Cláudia Cristina Soares. (Org.). *Uma abordagem crítica da Educação Financeira na formação do professor de Matemática*. Curitiba: Appris, 2021, p. 37-54.

MAZZI, Lucas Carato; DOMINGUES, Nilton Silveira. Educação Financeira na Educação Básica: um foco nas percepções dos estudantes. *Em Teia*, v. 12, n. 2, p. 1-24, 2021. <https://doi.org/10.51359/2177-9309.2021.250469>

MELO, Danilo Pontual; PESSOA, Cristiane Azevêdo do Santos. Educação Financeira no Ensino Médio: possibilidades. *ReBECCEM*, v. 3, n. 2, p. 488-513, 2019. <https://doi.org/10.33238/ReBECCEM.2019.v.3.n.2.22536>

OCDE — Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. *Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness*. Paris: Directorate for Financial and Enterprise Affairs, 2005.

PESSOA, Cristiane Azevêdo do Santos. Educação Financeira na Perspectiva da Educação Matemática Crítica em Livros Didáticos de Matemática dos Anos Finais do Ensino Fundamental. In: *Anais o XII Encontro Nacional de Educação Matemática*. São Paulo, 2016, p. 1-12.

PRAIS, Jacqueline Lidiane de Souza; SARAIVA, Elihebert; FONSECA, Odair Teixeira. Do conteúdo à temática da Educação Financeira: uma análise de indicadores do conhecimento da população e da proposta curricular brasileira. *Perspectivas da Educação Matemática*, v. 16, n. 41, p. 1-16, 2023. <https://doi.org/10.46312/pem.v16i41.16525>

SÁ, Lauro Chagas. *Educação Matemática na Educação Profissional e Tecnológica: contribuições para uma formação integral em resistência à precarização do trabalho*. 2021. 122f. Tese (Doutorado em Ensino e História da Matemática e da Física). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SANTOS, Laís Thalita Bezerra; PESSOA, Cristiane Azevêdo do Santos. Educação Financeira na perspectiva da Educação Matemática Crítica: uma reflexão teórica à luz dos ambientes de

aprendizagem de Ole Skovsmose. *Revista BoEM*, v. 4, n. 7, p. 23-45, 2016.

SARAIVA, Karla Schuck. Os sujeitos endividados e a Educação Financeira. *Educar em Revista*, v. 33, n. 66, p. 157-173, out./dez. 2017. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.53867>

SILVA, Amarildo Melchhiades; POWELL, Arthur Belford. Um programa de Educação Financeira para a Matemática Escolar da Educação Básica. In: *Anais do XI Encontro Nacional de Educação Matemática*. Curitiba, 2013, p. 1-17.

SILVA, Bruno Araújo Bispo; MONTEIRO, Jamir Mendes. Educação Financeira: um estudo sobre a sua importância na gestão pessoal. *Research, Society and Development*, v. 12, n. 6, p. 1-15, 2023. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v12i6.42125>

SKOVSMOSE, Ole. Cenários para a investigação. *Bolema*, v. 13, n. 14, p. 66- 91, 2000.

SKOVSMOSE, Ole. *Desafios da reflexão em Educação Matemática Crítica*. Tradução de Orlando de Andrade Figueiredo; Jonei Cerqueira Barbosa. São Paulo: Papirus, 2008.